

SUMÁRIO

.....

PARTE I

LEI DO CRIME ORGANIZADO (LEI N. 12.850/13)

Capítulo 1 – ESCORÇO NORMATIVO	27
1. Contextualização histórico-legal	27
2. Quadro sinótico	30
3. Lei n. 12.850/13: definição de organização criminosa	36
4. Quadro sinótico	42
 Capítulo 2 – CONCEITUAÇÃO LEGAL	 43
1. Conceito de organização criminosa	43
2. Quadro sinótico	46
 Capítulo 3 – ESPECIFICIDADES	 47
1. Características das organizações criminosas	47
2. Quadro sinótico	50
3. Aplicação extensiva da Lei n. 12.850/13	50
4. Crimes em espécie na Lei de Organização Criminosa	54
5. Quadro sinótico	59
 Capítulo 4 – PENA E EFEITOS DA CONDENAÇÃO	 61
1. Causa de aumento de pena	61

2. Circunstância agravante: comando da organização criminosa	63
3. Demais causas de aumento de pena: art. 2º, § 4º, I a V	64
4. Afastamento cautelar de funcionário público envolvido	69
5. Perda do cargo, função, emprego ou mandato eletivo	70
6. Indícios da participação policial em organizações criminosas	73
7. Cumprimento de pena em estabelecimentos de segurança máxima	74
8. Impedimento de progressão e benefícios prisionais	75
9. Causas de aumento/diminuição de pena de leis correlatas ...	76

Capítulo 5 – OBSTRUÇÃO DE JUSTIÇA (EMBARAÇAMENTO DE INVESTIGAÇÃO)	79
1. Quadro sinótico	79
2. Do crime de “obstrução de justiça” (embaraçar investigação)	79
3. Exemplos de obstrução de justiça	81
4. Análise do tipo penal (sujeitos, objeto, classificação)	82
5. Previsão normativa internacional e jurisprudência do STF	84
6. Obstrução de Justiça x coação no curso do processo	87
7. Obstrução de Justiça x fraude processual	89
8. Obstrução de Justiça x exploração de prestígio	89
9. Obstrução de Justiça e prisão preventiva	90
10. Quadro sinótico	93
11. Novo Quadro sinótico – após Lei n. 15.245/25 (que criou novos tipos penais na Lei n. 12.850/13)	93

Capítulo 6 – COLABORAÇÃO PREMIADA	97
1. Da investigação e meios de obtenção da prova	97
2. “Colaboração judicial” na Itália: origens do instituto	98
3. “Colaboração premiada” nos Estados Unidos da América	105
4. Delação e colaboração premiadas: origens e evolução	108
5. Quadro sinótico de normas correlatas	113
6. Delação e colaboração premiadas: diferenças	113
7. Colaboração Premiada: natureza jurídica	119
8. Negócio jurídico processual	120
9. Pressupostos de validade da colaboração premiada	130
10. Meio de obtenção de prova	131
11. Início das tratativas para formalização do acordo	135
12. Do sigilo sobre os termos do acordo	136
13. Do indeferimento sumário das negociações	140
14. Termo de Confidencialidade (NDA)	140
15. Instrução no acordo de colaboração premiada	142
16. Assistência jurídica	143
17. Da não participação judicial nas negociações	145
18. Colaboração premiada ordinária: requisitos	146
19. Quadro sinótico sobre Colaboração premiada ordinária	148
20. Colaboração premiada privilegiada (ou especial): requisitos	148
21. Quadro sinótico: colaboração premiada privilegiada	151
22. Cláusulas gerais orientativas da decisão	151
23. Momentos e legitimados para formalização do acordo	154

24. Quadro sinótico	157
25. Competência judicial para homologação do acordo	157
26. Quadro sinótico	159
27. Juízo de regularidade, legalidade e voluntariedade	160
28. Benefícios legais decorrentes da colaboração premiada	166
29. Direito subjetivo do colaborador aos benefícios pactuados ..	168
30. Postergação de oferta da denúncia/suspensão processo	177
31. Princípio da Corroboração (valor probante das declarações) ..	177
32. Consequências jurídicas da não celebração do acordo	179
33. Vedação de impugnação por terceiros delatados	182
34. Recusa na homologação judicial	184
35. Recurso cabível contra recusa na homologação	185
36. Retratação do acordo e não autoincriminação	187
37. Direito do delatado de se manifestar após o colaborador	189
38. Medidas vedadas por lei com base na colaboração	190
39. Da não vedação de medidas cautelares probatórias	191
40. Rescisão do acordo de colaboração	196
41. Retratação, rescisão e anulação: diferenças	196
42. Direito de arrependimento após a homologação judicial	199
43. Direitos do colaborador	200
44. Termo de acordo de colaboração premiada: conteúdo	201
45. Disposições finais sobre colaboração premiada	204

Capítulo 7 – Ação Controlada	205
1. Da ação controlada: conceito	205
2. Amplitude da ação controlada x flagrante esperado	206
3. Procedimento da ação controlada	209
4. Desnecessidade de autorização judicial	209
 Capítulo 8 – Ação Controlada	 213
1. Infiltração de Agentes e ação controlada	213
2. Quadro sinótico	215
3. Entrega vigiada: modalidade de ação controlada	215
4. Ação controlada: exceção à prisão em flagrante	217
5. Pressupostos e requisitos da ação controlada	218
6. Quadro sinótico sobre ação controlada	219
7. Ação controlada na Lei de Lavagem de dinheiro	220
 Capítulo 9 – Infiltração de agentes	 221
1. Infiltração de agentes (<i>undercover agent</i>): conceito	221
2. Natureza jurídica da infiltração de agentes	227
3. Procedimento de infiltração	228
4. Requisitos para a infiltração	229
5. Quadro sinótico sobre infiltração policial	234
6. Infiltração virtual policial	234
7. Competência em relação aos delitos virtuais	239
8. Espécies de infiltração	239
9. Quadro sinótico: espécies de infiltração	240

10. Fases da infiltração	240
11. Responsabilidade Penal do Infiltrado	241
12. Infiltração da Lei n. 11.343/06 (Lei Antidrogas)	243
13. Quadro sinótico: infiltração nas leis especiais	244
14. Caráter complementar da infiltração	244
15. Infiltração policial no ECA e crimes sexuais	245
16. Infiltração policial e sigilo	250
17. Infiltração policial e flagrante	252
18. Validade dos elementos colhidos na infiltração policial	252
19. Agente infiltrado e agente provocador	253
20. Quadro sinótico: diferenças	254
21. Outras normas que admitem infiltração policial	254
22. Infiltração policial e coexistência com outros instrumentos	255
23. Direitos do agente infiltrado	256
 Capítulo 10 – Captação Ambiental	257
1. Captação ambiental: constitucionalidade	257
2. Captação ambiental: natureza jurídica	258
3. Captação, interceptação e escuta ambientais: conceitos ...	260
4. Procedimento de captação ambiental	264
5. Nova sistemática normativa da captação ambiental	265
6. Quadro sinótico: nova sistemática da captação ambiental ...	267
7. Captação ambiental em locais públicos	267
8. Mídias digitais: Youtube, Instagram, TikTok etc.	270

9. Artigo 28 da Lei n. 13.869/19	272
10. Quadro sinótico: captação ambiental	273

Capítulo 11 – Acesso a registros telefônicos e dados cadastrais **275**

1. Acesso a registros telefônicos e dados cadastrais	275
2. Da requisição judicial de registros de internet: Lei 12.965/14	279
3. Obtenção de dados de localização: Google e Facebook	280
4. Acesso à “bilhetagem”	283
5. Acesso a “ERBs” (estações rádio-base)	287
6. Quadro sinótico	288

Capítulo 12 – Interceptação telefônica **289**

1. Interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas .	289
2. Requisitos e procedimento da interceptação telefônica	291
3. Perícia de confronto de voz	296
4. Desnecessidade de juntada de transcrições integrais	299
5. Prorrogação da interceptação telefônica	301
6. Fundamentação <i>per relationem</i>	305
7. Interceptação telefônica x sigilo de profissão	306
8. Interceptação telefônica executada pelo Ministério Público .	310
9. Interceptação e compartilhamento: validade	312
10. Incompetência de jurisdição: validade da interceptação	314
11. ADI 4145: inconstitucionalidade da Resolução 59/08 do CNJ	315
12. O encontro fortuito de provas (princípio da serendipidade) ..	316

13. Interceptação de mensagens de aplicativos: whatsapp	321
14. Necessidade de preservação da cadeia de custódia	325
15. Acesso às mensagens por decisão judicial de busca e apreensão	326
16. Autorização do proprietário do aparelho	326
17. Atendimento de chamada durante prisão: legalidade	328
18. Espelhamento de whatsapp web	329

Capítulo 13 – Interceptação telemática 333

1. Interceptação telemática (de e-mails)	333
2. Acesso a E-mails corporativos	335

Capítulo 14 – Quebra de sigilos financeiro, bancário e fiscal 343

1. Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal	343
2. Conceito de informações financeiras, bancárias e fiscais ...	344
3. Tratamento normativo do sigilo bancário	344
4. Autoridades fiscais e sigilo: tema 225 do STF	348
5. CPIs: poder para decreto de quebra de sigilo bancário	350
6. Ministério Público: vedação à quebra de sigilo bancário	353
7. (COAF) e MP: compartilhamento de informações sigilosas ..	355
8. MP: acesso direto em caso que envolva dinheiro público	356
9. Crime de quebra ilegal de sigilo bancário	356
10. Requisitos para quebra de sigilos bancário, financeiro e fiscal	357

Capítulo 15 – Cooperação 359

1. Cooperação entre instituições	359
--	-----

2. Crimes ocorridos na investigação e obtenção da prova	362
3. Artigo 18 da Lei n. 12.850/13	364
4. Artigo 19 da Lei n. 12.850/13	366
5. Artigo 20 da Lei n. 12.850/13	368
6. Artigo 21 da Lei n. 12.850/13	369
7. Artigo 21-A, da Lei n. 12.850/13 (com a redação conferida pela Lei n. 15.245/25)	372
7.1 Análise do tipo penal (sujeitos, objeto, classificação)	374
7.2 Norma de extensão penal	379
7.3 Regras relativas ao crime de atentado (violência ou grave ameaça encomendadas)	379
7.4 Prisão cautelar e regime de cumprimento de pena ao mandante do crime do art. 21-A, da LCO	380
8.1 Do crime de conspiração no direito estrangeiro	384
8.1.1 Do crime de conspiração geral nos estados unidos da américa	384
8.1.2 Do crime de “conspiração criminosa organizada” nos Estados Unidos da América	385
8.2 Do artigo 21-B, da Lei n. 12.850/13	386
8.3 Análise do tipo penal (sujeitos, objeto, classificação)	387
8.4 Norma de extensão penal	391
8.5 Regras relativas ao crime de atentado (finalidade de violência ou grave ameaça)	392
8.6 Prisão cautelar e regime de cumprimento de pena ao mandante do crime do art. 21-A, da LCO	392
9. Rito procedimental da Lei n. 12.850/13	393

10. Lei n. 12.850/13 e cabimento da prisão preventiva	395
11. Sigilo da investigação criminal (art. 23 da LCO)	399
12. Direito à prévia vista dos autos por 3 dias	405
13. Organização criminosa x associação criminosa	406
14. Quadro sinótico: associação criminosa	409
15. Organização criminosa: fatiamento de denúncias	410
16. Lei n. 12.694/12 – julgamento colegiado	411
17. Tipos de julgamentos afetos à Lei n. 12.694/12	416

PARTE II

LEI DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI FEDERAL N. 9.613/98)

Capítulo 16 – Lei de Lavagem de Dinheiro (Lei Federal n. 9.613/98)	423
1. Origem histórica da Lavagem de dinheiro	423
2. <i>Nomen iuris</i>	426
3. Conceito	427
4. Lavagem de dinheiro em cadeia	429
5. Finalidade legislativa com o crime de lavagem	429
6. Leis n. 9.613/98 (2ª geração) e 12.683/12 (3ª geração)	430
 Capítulo 17 – Normatização internacional	435
1. Convenção de Viena	435
2. Declaração da Basileia	436
3. Convenção de Estrasburgo	438
4. Convenção de Palermo	439
5. Convenção de Mérida	440

Capítulo 18 – Normatização brasileira	443
1. Normatização administrativa do tema	443
2. Bem jurídico tutelado: correntes doutrinárias	464
3. Lavagem de capitais e rol aberto (<i>numerus apertus</i>)	466
4. Classificação do Crime de Lavagem	471
5. Características do Crime de Lavagem	478
6. Conflito intertemporal de leis	479
 Capítulo 19 – Tipos de Lavagem	 481
1. Tipos da Lavagem	481
2. Etapas (fases) da Lavagem	481
3. <i>Placement</i> (colocação)	482
4. <i>Layering</i> (dissimulação)	482
5. <i>Integration</i> (integração)	485
 Capítulo 20 – Sujeito ativo e tipificação da autolavagem	 489
1. Sujeito Ativo	489
2. Autolavagem	489
3. Tipo objetivo	491
 Capítulo 21 – Tipos penais extensivos	 495
1. Tipo penal extensivo – art. 1º, par. 1º, da Lei	495
2. Art. 1º, par. 1º, I, da Lei n. 9.613/98	495
3. Art. 1º, par. 1º, II, da Lei n. 9.613/98	496
4. Art. 1º, par. 1º, III, da Lei n. 9.613/98	497

5. Art. 1º, par. 2º, I, da Lei n. 9.613/98	498
6. Art. 1º, par. 2º, II, da Lei n. 9.613/98	499

Capítulo 22 – Aumento da pena e elemento subjetivo do tipo .. 505

1. Causa de aumento de pena	505
2. Causa de diminuição de pena	507
3. Tipo subjetivo: dolos direto e eventual	510

Capítulo 23 – Hipóteses mais comuns de Lavagem 519

1. Fracionamento, estruturação ou <i>smurfing</i>	519
2. <i>Commingling</i> (mescla)	525
3. Contrabando de dinheiro (espécie)	528
4. Doleiros	528
5. Empresas de fachada e empresas fantasmas (fictícias)	532
6. <i>Offshore</i> (paraísos fiscais)	534
7. Aquisição de imóveis/móveis Ativos ou instrumentos monetários	541
8. Negociação fraudulenta de imóveis/móveis	542
9. Testas de ferro ou laranjas	543
10. Transferência de valores monetários	545
11. Lavagem de dinheiro na negociação de jogadores de futebol	545
12. Subfaturamento de notas fiscais de produtos	545
13. Doações	545
14. Faturamento falso em nota fiscal de serviço	547

15. Lotéricas (bilhetes premiados)	547
16. Evasão de Divisas e Sonegação fiscal	548
Capítulo 24 – Competência e procedimento	553
1. Competência: <i>ratione materiae</i> e <i>ratione loci</i>	553
2. Procedimento processual especial	556
Capítulo 25 – Infração penal antecedente e responsabilização ...	561
1. Art. 2º, II – independência da infração penal antecedente ...	561
2. Tríplice responsabilidade: criminal, civil e administrativa ...	568
Capítulo 26 – Consumação e concurso de pessoas	573
1. Consumação delitiva e tentativa (<i>conatus</i>)	573
2. Concurso de pessoas	575
3. Norma penal mista	576
Capítulo 27 – Apontamentos específicos	579
1. Lavagem de dinheiro e ação controlada	579
2. Lavagem de dinheiro: cabimento de prisão preventiva	582
3. Lavagem de Dinheiro e Bem de família	587
4. Lavagem de Dinheiro e Lei Complementar 105/01	588
5. Suspensão do processo: art. 366 do CPP	590
6. Citação por hora certa: art. 362 do CPP	592
7. Fiança, Liberdade Provisória e Apelo em liberdade	593
8. Medidas Assecuratórias	595
9. Princípios e procedimento	596

10. <i>Fumus boni iuris</i> e <i>periculum in mora</i>	598
11. Sequestro	598
12. Embargos	603
13. Busca e apreensão	605
14. Arresto	607
15. Especialização e registro da hipoteca legal	608
16. Recurso contra o indeferimento de medidas assecuratórias ..	610
17. Bens em nome do investigado/acusado ou terceiros	612
18. Inversão do ônus da prova para liberação de bens	613
19. Comparecimento pessoal do acusado nos pedidos de restituição	615
20. Alienação antecipada de bens	616
21. Ação controlada	623
22. Administração dos bens	625
23. Efeitos da condenação	628
24. Bens provenientes de crimes praticados no estrangeiro	633
25. Obrigações dos operadores financeiros (arts. 9º a 11)	638
26. COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras	645
27. Constitucionalidade no compartilhamento de informações ...	651
28. Disposições gerais	653
29. <i>Compliance</i> e a lavagem de capitais	655
29.1 Conceito de <i>compliance</i>	656
29.2 Pilares e objetivos do <i>compliance</i>	658
29.3 <i>Compliance</i> criminal	659

29.4	<i>Compliance</i> na Lei n. 9.613/98	664
29.5	Formas de concretização do <i>compliance</i> criminal	666
29.6	Autonomia da política de <i>compliance</i>	670
29.7	Julgados do STJ sobre <i>compliance</i>	673
30.	Jurisprudência temática do STJ: crime de lavagem de capitais	677
31.	Jurisprudência temática do STJ: colaboração premiada	687
Bibliografia		703